

Antônio Dimas Cardoso (Org.)

Desigualdade e Reconhecimento

atualidade da teoria crítica de Axel Honneth

EDITORA

Unimontes
Montes Claros
2018

CAPÍTULO II

Teoria crítica e psicanálise: um processo de aprendizado de Adorno, através de Habermas, até Honneth¹

Eleonora Piromalli

Neste texto tenho como objetivo mostrar que um processo de aprendizado pode ser identificado se situando nas três gerações da Escola de Frankfurt, a respeito dos componentes psicológicos de suas perspectivas e a maneira com que estes componentes influenciam a capacidade descritiva e normativa das teorias em geral nas quais eles estão incrustados. Através desta análise crítica de seus elementos psicanalíticos, a *Dialética do esclarecimento* surge como uma obra que, enquanto advogando para a libertação racional e instintiva da opressão, não pode prever realisticamente uma superação prática da ordem social dada (I). A perspectiva habermasiana possui esta capacidade, contudo, ainda não consegue implantar completamente seu momento emancipatório. Devido ao redutivo uso da psicanálise, substancialmente restrito à sua rendição da abordagem freudiana em *Conhecimento*

¹ Texto traduzido do inglês para o português por Giowana Nunes de Pinho Veloso e editado por Antônio Dimas Cardoso.

e interesse, Jürgen Habermas renuncia a capacidade de entender as dinâmicas fundamentais da reprodução da dominação (II). A concepção psicanalítica subjacente à teoria de Axel Honneth do reconhecimento (III) é capaz de superar limitações de abordagens anteriores, portanto constitui a culminação do processo de aprendizagem destacado em meu texto – todavia com a reserva do que exponho (IV).

Abordo uma análise crítica-reconstrutiva das teorias elaboradas pelos principais representantes da tradicional Escola de Frankfurt (Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas, Axel Honneth), com a referência particular ao modo com que eles caracterizam a psicologia humana. Como é sabido, a tradição da teoria crítica de Frankfurt combina uma descrição social-teórica das características historicamente determinadas das sociedades contemporâneas com a investigação na constituição psicológica dos seres humanos, enquanto a mais recente, por sua vez, é capaz de favorecer ou dificultar as transformações das condições sociais dadas (Cook, 1995; Whitebook, 1985). Em seguida, pretendo demonstrar que um processo de aprendizado pode ser individualizado, através da análise das perspectivas propostas pelos principais representantes das três gerações da Escola de Frankfurt, além das potencialidades heurística e normativa das concepções psicanalíticas que eles incluem em suas teorias.

O primeiro momento é concretizado pela *Dialética do esclarecimento*: a obra de Horkheimer e Adorno pode ser

entendida como um texto que, mesmo que desesperadamente advogando a superação da total opressão, praticamente reitera a permanência da dada, irreconciliável e, não obstante, estável ordem de dominação. De acordo com a perspectiva que Adorno e Horkheimer delimitam em *Dialética do esclarecimento*, os impulsos emancipatórios humanos podem ser reprimidos e distorcidos até o ponto de ataque como um reforço da dominação em si, enquanto todo rastro de individualidade e força do caráter é diluído em uma sociedade totalmente massificada, subordinado sob o princípio de troca e fungibilidade universal. A *Dialética do esclarecimento* configura, portanto, um processo dialético que, como seu desenvolvimento prático, permanece bloqueado em reafirmar a atual realidade de dominação. Ainda que conceitualmente busca a possibilidade de uma mudança social radical, Adorno e Horkheimer acabam reiterando a realidade avassaladora da ordem social dada e desprovida de recursos emancipatórios práticos.

A teoria da comunicação de Habermas (II) constitui um ponto de inflexão decisivo a respeito da *Dialética do esclarecimento*. O potencial normativo de discurso, concretizado nas interações comunicativas entre os sujeitos, é uma verdadeira força emancipatória operante no cotidiano social. A psicanálise, na perspectiva que Habermas delinea em *Conhecimento e interesse*, é entendida como a disciplina que serve para a remoção de bloqueios internos que impedem uma comunicação livre e transparente do sujeito com outros e com ele mesmo (Habermas, 1971).

Contrariamente a Adorno e Horkheimer, Habermas

explica as fontes práticas necessárias para a emancipação, entretanto, ele não se aproveita das potencialidades diagnósticas da psicanálise ao que concerne a questão das origens psicológicas da agressão e dominação entre pessoas. A omissão deste tema, o qual fora examinado em detalhes pela primeira geração da Escola de Frankfurt, é carregada de consequências pelo potencial descritivo, explicativo e normativo da teoria de Habermas. Se a concepção apresentada em *Dialética do esclarecimento* não pôde prefigurar realisticamente uma superação prática para “eu” representado pela ordem social dada, a perspectiva habermasiana não tem essa capacidade, mas, como veremos, ela permanece incapaz de implantar completamente seu momento emancipatório. Devido ao seu uso redutivo da psicanálise, ela falha em entender as dinâmicas fundamentais da reprodução da dominação social, perdendo, assim, a possibilidade de repará-las normativamente.

Essas deficiências são superadas pela concepção psicológica sustentando a teoria de reconhecimento elaborada por Axel Honneth (III). Apesar de inspirado na perspectiva de Winnicott que ele desenvolve através dos anos, Honneth consegue levar em conta sistematicamente ambas fontes práticas-psicológicas necessárias para o processo de emancipação humana; e considerar como as estruturas consolidadas da dominação social podem explorar desejos e impulsos humanos pela própria reprodução. Logo, a teoria de Honneth é capaz de fornecer respostas plausíveis para os problemas estruturais que, a respeito do papel da psicanálise, pode ser destacado

nas elaborações das prévias gerações da teoria crítica. Dessa forma, como eu pontuo na conclusão do meu texto (IV), a concepção psicológica subjacente à teoria do reconhecimento de Honneth pode ainda ser considerada insuficiente devido ao seu foco formal na autorreflexão individual, o qual mina suas potencialidades normativas; um vazio pode ser preenchido pela radicalização política e substantiva, na direção dos trabalhos práticos-filosóficos de Adorno e Horkheimer, das conclusões que Honneth atinge nos seus últimos textos psicanalíticos.

I

Na combinação peculiar da filosofia marxista e psicanálise freudiana que caracterizam a *Dialética do esclarecimento*, desejos humanos são concebidos como substancialmente antagônicos para a civilização e para a produção material ordenada necessária para assegurar a autopreservação (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 26). Para Adorno e Horkheimer, trabalho e civilização requerem um grau significativo de repressão do princípio do prazer, assim como a supressão dos impulsos “miméticos”, os quais Adorno descreve como

a tendência de perder a si mesmo nos próprios arredores, em vez de se engajar ativamente com eles, a inclinação de se deixar ir, caducar de volta à natureza. Freud denominou isso de impulso para a morte, *Caillois le mimétisme* (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 189).

Em sua obra de 1920, *Beyond the Pleasure Principle*, Freud

teorizou o desejo pela morte como composta não somente por impulsos comandando o retorno do organismo ao seu estado inorgânico, mas também de instintos agressivos e destrutivos. Nem Adorno nem Horkheimer negam a existência de desejos agressivos pela morte, apesar de que ambos não aceitam a acentuação unilateral do nível biológico que diz que “como o diabo na Idade Média, o eterno desejo de destruição é supostamente o culpado por todo mal” (Horkheimer, 1982, p. 56).

Na *Dialética do esclarecimento*, a agressividade humana é entendida, em primeira instância, como o resultado da contínua repressão que os seres humanos têm que exercer em seu interior, e, em particular, no princípio do prazer. Sob o dado sistema social, ‘a rebelião da natureza oprimida contra a dominação’ é colocada “diretamente em serviço da dominação’ (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 152), através da imposição, também mediada pelo modo de produção capitalista, de um excedente da renúncia instintiva. Massas de seres humanos em constante crescimento são sujeitos, frequentemente, a uma ordem social que sistematicamente nega suas necessidades, os isola no último nível da hierarquia, e os força a condições de insegurança econômica e social.

Como resultado desta condição de impotência e subordinação, sujeitos são amis e mais inclinados, como Adorno e Horkheimer mantêm usando a teoria freudiana, a uma identificação passiva-masoquista com um poder superior que eles veem corporizado no sistema social dado ou em líderes carismáticos, os quais compensam sua verdadeira impotência; ao mesmo tempo, eles dirigem sua

rebelião inconsciente e agressividade social exacerbada para os grupos minoritários percebidos como fracos, estrangeiros ou não conformes².

As tendências sadomasoquistas desencadeadas pela dominação social asseguram a estabilidade da autoridade repressiva, enquanto encaminha os indivíduos a “reencenar a supressão que tem sido aplicada a sua própria ansia” (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 141) ao liberar sua agressão em inimigos comuns e arbitrariamente culpados. A agressividade que caracteriza sociedades modernas, portanto, para Horkheimer e Adorno não é, em primeiro lugar, um resultado dos dados traços psicológicos imutáveis: é um produto de uma ordem social e econômica opressiva, a qual, depois de superar a escassez que poderia, originalmente, justificar a renúncia coletiva de desejos, continua a demandar da maioria da população o excedente da repressão instintiva finalizada para a reprodução da hierarquia e dominação.

Desejos, todavia, não podem ser facilmente reprimidos sem deixar rastros. Seu resíduo emancipatório, capazes de induzir sentimentos de sofrimento emocional e insatisfação os quais devem provocar uma reflexão nos indivíduos sobre sua própria situação e reconhecer seu presente estado de coerção auto e heteroinduzida, porém, é sistematicamente ofuscado pelo poder persuasivo da cultura industrial (Cook, 1995, p. 192, 196, 203). A repetição sem fim das mensagens socialmente conformistas através da provisão de entretenimento padronizado enfraquece qualquer dor

2 Cf. o capítulo “Elements of Anti-Semitism”, em Horkheimer e Adorno 2002: 137-172.

residual decorrente da repressão social e instintiva: “diversão sempre significa realocar coisas fora da mente, esquecendo o sofrimento, até mesmo quando está exposto” (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 116). A cultura industrializada, a qual manipula os espectadores a uma passividade saciada, transforma a necessidade humana de escape da opressão em um reforço da conformidade com o sistema opressivo: ‘o voo do mundo cotidiano, prometido pela cultura industrial em todos os seus ramos, é muito parecido com a abdução da filha no desenho americano: o pai está segurando a escada no escuro’ (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 113).

A tese da “crise do indivíduo” adiciona outro golpe sombrio a esta já triste imagem: enquanto a sociedade liberal burguesa, na visão de Horkheimer e Adorno, ainda requisitava ao indivíduo que desenvolvesse um íntimo forte e orientado pela realidade, a crescente ascensão do monopólio capitalista tem trazido a existência de uma geração inteira de sujeitos desprovidos de força do ego: “se, no liberalismo, a individualização de uma parte da população fosse necessária para a adaptação da sociedade para um inteiro novo estado de tecnologia, hoje o funcionamento do aparato econômico demanda que as massas sejam comandadas sem a entrave da individualização” (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 168–169)³.

No ‘totalmente administrado mundo’ adorniano, parece ser pouco o que o desejo humano, apesar de que de civilização antagônica para repressiva e dotada de potencialidades emancipatórias, pode fazer para promover a emancipação:

3 Para uma crítica da tese de Adorno sobre a crise do indivíduo, cf. Benjamin, 1977.

eles são reprimidos com sucesso, desviados e manipulados na direção de um reforço da opressão (Whitebook, 1985, p. 144). Horkheimer e Adorno confiam na razão, no poder do ser humano de reconhecer injustiça pela argumentação normativa, o intervalo “negativo” com a ordem social dada: agora que a escassez natural foi superada pelos meios de controle da natureza humana externa e interna, faz-se, assim, possível encarar o fim da dominação, razão instrumental pode dar lugar à razão emancipatória através de um processo de determinada negação (Horkheimer e Adorno, 2002, p. 18). Ao se tornar consciente da violência e da não reconciliação da atual sociedade, a qual contradiz os fins originais e emancipatórios do esclarecimento, a razão humana pode finalmente agir para atingir esses propósitos e caminhando à percepção de uma nova sociedade radical.

O que, entretanto, pode causar determinada negação para ser posta em movimento em uma sociedade totalitária que a *Dialética do esclarecimento* descreve como permeado por uma dominação amplamente ramificada, estendendo seu alcance até o mais íntimo do ser humano? Teorizando um elemento criativo, unificado e emancipatório enraizado na natureza psicológica humana, como Marcuse faz em *Eros e civilização* – uma obra que Wiggershaus (1995, p. 49) descreve como “a Dialética do Esclarecimento de Marcuse” – só aparentemente torna as coisas mais fáceis: como pode um mundo governado pelo princípio da performance e antagonismo social, no qual um “elemento de autoderrota” (Marcuse, 1966, p. 92) parece prevenir que os seres humanos alcancem a emancipação, atinjam a liberação de Eros necessária para o desenvolvimento das relações sociais não-repressivas?

A teoria da dominação delineada pela primeira geração da Escola de Frankfurt, portanto, é radical e compreensiva ao ponto de fechar toda possibilidade prática para a emancipação. Muitas são as razões biográficas e teóricas por trás de tamanho resultado, da necessidade intelectual e humana de tentar explicar como nossa civilização tem sido capaz de precipitar em uma violência organizada do Nazismo, até a tentativa de reconhecer as dinâmicas que, até em sociedades formalmente democratas, levam a uma direção totalitarista; da necessidade de explicar o atraso na percepção do prognóstico emancipatório marxiano, até o propósito de entender o que parece ser uma incapacidade adquirida dos sujeitos humanos de resistir à opressão.

Ao mesmo tempo, Adorno e Horkheimer contam, também forçadamente, com a promessa do esclarecimento de liberdade do medo e dominação e com a ideia de futura sociedade sem classes, conciliada e não destruída. A *Dialética do esclarecimento* exemplifica a contradição de teoria dialética da emancipação, na qual o momento negativo da razão emancipatória, cujo eventual influência mantida como uma necessidade normativa, deve se tornar realidade em uma sociedade retratada como incapaz de se opor a qualquer resistência em uma dominação invasiva ampla e crescente. Esta imagem de autoderrota da sociedade, além disso, apesar de não desprovido de elementos da verdade, está no geral dificilmente plausível. Adorno e Horkheimer não dão, praticamente, nenhuma consideração para a verificável existência empírica de relacionamentos do reconhecimento intersubjetivo e para a presença fática de subculturas capazes de elaborar formas de resistência e dominação, da

promulgação de lutas e conflitos sociais para a hegemonia (Honneth, 1991, p. 45).

Paralelamente a sua concepção do ‘mundo totalmente administrado’ e de uma perspectiva psicológica que, como vimos, é fortemente devido ao Freud da *O mal-estar na civilização*, contudo, em uma série de pequenos textos, Adorno expressa uma visão da transformação social bem mais próxima, podemos dizer, da tradição do ‘Esclarecimento cívico’. Em textos como *Education after Auschwitz*, *Television as Ideology*, *Zur Bekämpfung des Antisemitismus heute*, *Democratic Leadership and Mass Manipulation*, ele propõe uma série de medidas práticas com fim de minimizar a permanente possibilidade de uma repetição da barbárie nazista e proteger a cultura democrática. Nestes textos, emancipação é apresentada como uma tarefa em término que deve ser levada em frente dia após dia, através de intervenções racionais nas crenças, estruturas psicológicas coletivas e as formas relacionadas que favorecem a propagação de preconceito, de agressão e de uma deferência acrítica de autoridade. Deste modo, por exemplo, em *Education after Auschwitz*, Adorno advoga uma ‘educação para uma autorreflexão crítica’:

Desde a possibilidade de mudança das condições – isto é, sociais e políticas – objetivas é extremamente limitada atualmente, tentativas de trabalhar contra a repetição de Auschwitz são necessariamente restritas à dimensão subjetiva. [...] Uma pessoa deve saber os mecanismos que tornam pessoas capazes de tamanhos atos, deve relevar tais mecanismos para elas, e se esforçar, acordando a consciência geral desses mecanismos, para evitar que as pessoas voltem ao estado anterior (Adorno, 2005, p. 192).

Intervenções educacionais determinadas a minar tendências psicológicas regressivas vão desde o estabelecimento, tanto dentro como fora da sala de aula, de grupos discursivos estruturados em temas relevantes para evitar atitudes de dependência acrítica de autoridades carismáticas, até transmissões de televisão de alta qualidade que trabalhariam contra os mecanismos manipulativos da cultura industrial; desde o encorajamento da pedagogia democrática em ambas as escolas e famílias, até a promoção de modelos educacionais fortalecendo a autonomia racional do indivíduo. Esta vertente prática da filosofia de Adorno, dificilmente compatível com sua representação de um mundo impregnado de dominação no qual, possivelmente, todo movimento escolar em direção à efetiva democracia e liberdade de pensamento seria neutralizado, constitui uma fonte de reflexões que, até hoje, mantem sua validade pelo avançar da forma de vida democrática. Devemos ver nas conclusões como esse legado prático-filosófico está longe de exaurir sua relevância pela tradição da teoria crítica.

II

Na *Dialética do esclarecimento*, Horkheimer e Adorno retratam um mundo social incapaz de oferecer resistência à dominação e de colocar em movimento o poder “negativo” da razão emancipatória. A dialética da emancipação permaneceu presa na reafirmação da injusta, contraditória e não obstante estável ordem social. Para Habermas, ao contrário, razão iluminada, comunicação emancipatória e formação livre de discurso da vontade democrática são, desde o início,

verdadeiras forças práticas imanentes para a sociedade. O modelo que sustenta a concepção social-teórica e normativa habermasiana é uma comunicação intersubjetivista, em vez de, como para Horkheimer, Adorno e Marcuse, um materialismo histórico produtivista. Para estes mais recentes autores, dominação consistia na exploração da natureza externa, repressão da natureza interna e opressão social iniciada na ordem para assegurar a autopreservação material do gênero humano; para Habermas, isso corresponde em vez disso, em primeiro lugar, a uma exclusão das relações comunicativas sistemáticas.

Emancipação é, portanto, a remoção das formas estruturais e sistemáticas de dominação que distorcem ou impedem uma comunicação entre seres humanos tanto na esfera privada como na pública. Psicanálise, a qual no seu livro *Conhecimento e interesse*, de 1968, acolhe como um exemplo pragmático da ciência crítica, funciona com o propósito de permitir a emancipação individual dos bloqueios que ficam no caminho de uma comunicação livre e transparente com outros sujeitos e consigo mesmo (Habermas, 1971, p. 228).

A redenção habermasiana da psicanálise freudiana tem sido frequentemente criticada como hiper-racionalizada, dessexualizada e arbitrariamente linguística leitura da teoria de Freud (Nägele, 1981; Whitebook, 1985, 1996; Nichols, 1972; Flynn, 1985). O ponto que eu pretendo fazer aqui, entretanto, não remete à seletividade desta interpretação, e sim suas consequências para as potencialidades descritivas e normativas da teoria de Habermas e para os subsequentes

desenvolvimentos sistêmicos-teóricos de sua perspectiva.

Este é o contexto da ‘disputa positivista’ em que Habermas elabora sua distinção metodológica entre as ciências empírica-analítica, hermenêutica e crítica. Psicanálise, a ciência crítica *par excellence*, possui a capacidade de decifrar as necessidades individuais, motivos de ação e expressões simbólicas que, sob a pressão da sanção social e dominação, o sujeito confinou em sua inconsciência, desse modo, excluindo-os da pública comunicação e de sua própria compreensão. A tarefa da psicanálise é reabrir o acesso do indivíduo a essas “porções de linguagens excomungadas” (Habermas, 1971, p. 228), as quais têm sido reprimidas como resultado de experiências traumáticas, e, através de um processo de autorreflexão terapêutica guiada, emancipar o sujeito do sofrimento emotivo e sintomas neuróticos associados com supressão psicológica (Habermas 1971, p. 219; 1970). Psicanálise, desta forma, tem o potencial de liderar os indivíduos a superar os rastros deixados em seu eu interior pelos processos de dominação social que eles têm encontrado em suas vidas. O modelo utópico sustentando a interpretação habermasiana da psicanálise freudiana é a ideia de ‘ação comunicativa pura’: de acordo com este modelo, “todas as interações habituais e todas interpretações relevantes da conduta de vida são acessíveis em todos os tempos, [...] para que a transparência da história de vida recordada seja preservada” (Habermas, 1971, p. 232).

Em termos mais gerais, “emancipação da compulsão na natureza interna sucede ao grau que instituições baseadas na força são trocadas por uma organização de relações sociais

que está ligado apenas à comunicação livre de dominação” (Habermas, 1971, p. 53). Este progresso normativo requer a superação, através de lutas emancipatórias – as quais Habermas delinea no modelo hegeliano da “dialética da vida moral” (Habermas, 1971, p. 56–58) – e através de autorreflexão crítica fornecida pela ideologia crítica e psicologia social, de todas as formas de dominação social “que são reproduzidas somente para o próprio bem deles” (Habermas, 1971, p. 53), cujas condições de existência e legitimação, isto é, já foram “superadas” (Habermas, 1971, p. 55). Habermas, contudo, não explica por que estas formas de dominação, apesar de ter perdido a necessidade de autopreservação humana, ainda persistem na sociedade.

Como vimos, a primeira geração de teóricos críticos atribuiu a persistência da dominação aos desejos humanos constitutivos e agressivos, mas, acima de tudo, à atitude difusa do antagonismo sadomasoquista continuamente reproduzido pela desigualdade estrutural da sociedade capitalista. Em respeito às dinâmicas psicológicas de dominação e à sua reprodução, pelo contrário, os sujeitos habermasianos permanecem como seres desconhecidos, sem face. Também nos textos que seguem *Conhecimento e interesse*, nos quais Habermas abandona sua referência normativa e metodológica à psicanálise freudiana para elaborar a teoria de competência comunicativa e moral que estabelece como suas fundações psicológicas as abordagens de desenvolvimento de Mead, Piaget e Kohlberg, esta questão continua sem resposta.

Como consequência desta omissão, Habermas perde a

possibilidade de considerar o “fato da dominação” como, em si, um produto das contradições sociais não resolvidas, suscetível de ser continuamente reproduzido pela mesma dinâmica que ele mobiliza. Sua teoria, além disso, não oferece as ferramentas categóricas para exame sistemático das profundas causas sociais e psicológicas de fenômenos como racismo, fundamentalismo religioso ou a atual ascensão de partidos demagógicos de extrema direita pela Europa. Esses e outros fenômenos sociais não podem ser explicados e endereçados normativamente por uma teoria somente focando na racionalidade discursiva: eles possuem raízes que alcançam dinâmicas psicológicas assim como as contradições fatuais e materiais dos tempos atuais. Devido à sua negligência às formas influenciadas ou reproduzidas de agressividade e dominação, a teoria de Habermas para antes de perceber o potencial emancipatório e “negativo” que uma profunda consideração das potencialidades heurísticas da psicanálise poderia ter fornecido.

Mas ainda há mais: se Habermas tivesse dedicado atenção suficiente, em *Conhecimento e interesse*, ao tema de origens psicológicas de agressividade e dominação, ele poderia ter sido menos propenso a, em *Teoria da ação comunicativa*, reificar sua perspectiva socioteórica nos dois domínios separados que Axel Honneth definiu como “organizações de ações livres de normas” e “esferas de comunicação sem poder” (Honneth, 1991, p. 298). O social, segundo Habermas,

é dividido em esferas de ação constituídas como o mundo da vida e esferas neutralizadas contra o mundo da vida. As prévias são estruturadas

comunicativamente, as últimas são formalmente organizadas. Elas não se encontram em nenhuma relação *hierárquica* entre níveis de interação e organização; pelo contrário, elas se posicionam *opostamente* como esferas de ação social e sistematicamente integradas (Habermas, 1987, p. 309).

Tal reificação teórica do sistema poderia ter sido, possivelmente, evitada se, em *Conhecimento e interesse*, Habermas tivesse considerado a psicanálise não somente como uma disciplina capaz de “instruir um paciente em ler seus próprios textos” (Habermas, 1971, p. 228), mas também como uma possível candidata para a explicação da dominação e das motivações trazendo os sujeitos a reagir à opressão. Em *Conhecimento e interesse*, os temas de dominação e de resistência normativa contra isto são percebidos no contexto da teorização de Habermas da psicanálise e na moral dialética da vida, porém somente para permanecer com pouca análise. Opressão e lutas emancipatórias são lidadas como se fossem geradas por forças desconhecidas e impessoais.

Deste ponto, na *Teoria da ação comunicativa*, todo problema do conflito social pode ser transferido suavemente em um nível sistêmico, nos termos de uma oposição entre sistema e o mundo da vida. Deste modo, “a revitalização das possibilidades de expressão e comunicação que tinha sido enterradas vivas” (Habermas, 1987, p. 395), por ser o propósito dos sujeitos concretos sociais que lutam contra a dominação, também como o objetivo prático das ciências críticas, é transformada em resistência impessoal do mundo da vida contra as tendências colonizadoras do sistema: o conflito

primário no qual Habermas foca sua atenção na *Teoria da ação comunicativa* é a entre o “sistema” e o “mundo da vida”.

Esses dois domínios são concebidos de forma irrealista como esferas reificadas, contrapostas e autônomas (Habermas, 1987, p. 309). A questão nas origens das dinâmicas que impedem o estabelecimento de formas de comunicação livres de dominação, deixada sem resposta em *Conhecimento e interesse*, encontra, portanto, uma resposta exclusivamente sistêmica-teórica na *Teoria da ação comunicativa*: não somente, contudo, essa explicação pressupõe uma reificação insustentável da sociedade em duas esferas sociais opostas, mas, além disso, a teoria de Habermas perde em força descritiva, explicativa e normativa em respeito às experiências morais concretas de sujeitos sociais. Injustiça se torna um processo sistêmico na forma de colonização impessoal do mundo da vida, incapaz de encontrar ressonância em expectativas normativas e nas reações morais e conflituosas dos indivíduos (Honneth, 2007).

Similarmente, a antiga proposta habermasiana de conceber uma crítica emancipatória também como uma decifração de estruturas interiorizadas de opressão, ambos em um nível individual (através da psicanálise) e em um coletivo (via ideologia crítica), é abandonada, nunca para ser recuperada. Possivelmente, tendo Habermas aproveitado totalmente sua própria referência à psicanálise usando isso como meios teóricos de inquérito na dominação social, o movimento abstrato trazido na *Teoria da ação comunicativa* poderia, pelo menos, ter conservado algum espaço para a consideração da dinâmica centrada em indivíduos e grupos de opressão e emancipação. Considerar poder e dominação numa

perspectiva psicanalítica também teria aumentado a atenção de Habermas pela dinâmica de poder e os conflitos que interessam também, principalmente, domínios comunicativos, como a esfera pública democrática ou a familiar.

Em textos posteriores, Habermas retrata a divisão sistêmica do social em duas esferas sociais reificadas contrapostas; ao examinar as patologias sociais das democracias contemporâneas avançadas. Aliás, ele considera também “os efeitos repressivos e excludentes do poder social distribuído desigualmente, violência estrutural, e comunicação sistematicamente distorcida” (Habermas, 1996, p. 307-308), desse modo, evitando qualquer representação comunicativamente pacífica do mundo da vida. Em particular, em *Entre fatos e normas*, ele examina a influência distorcida e manipuladora que o “poder social” de interesses organizados pode exercer na formação do desejo democrático, e analisa como, confiando em seu potencial epistêmico e passível de identificar problemas na racionalidade comunicativa, a esfera pública democrática pode manter em xeque a influência de poderes normativos ilegítimos (Habermas, 1996, p. 175).

Consequentemente, em subsequência à *Teoria da ação comunicativa*, Habermas tem se revertido a considerar também os conflitos sociais e as tensões que são internos à esfera da ação comunicativa, como suas contribuições para o debate da democracia na União Europeia futuramente demonstram (Habermas, 2009, 2012). Psicanálise, todavia, junto com o propósito de uma crítica prática dos sofrimento e dominação sociais, tem desaparecido de sua perspectiva

teórica, para ser trocada por uma análise crítica dos processos institucionais de democracias liberais.

Enquanto em *Dialética do esclarecimento* o caráter penetrante da dominação foi enfatizado ao ponto de impedir a possibilidade de realisticamente vislumbrar a emancipação, causando à perspectiva de Adorno e Horkheimer a permanecer presa nela mesma na dada contraditória e estável sociedade, na teoria de Habermas a liberação da dominação social corresponde a uma prospecção real. A concepção de Habermas, entretanto, não pode implantar totalmente seu momento emancipatório: por não se aproveitar das potencialidades heurísticas da psicanálise, ele renuncia um instrumento teórico fundamental para a explicação e a retificação normativa das dinâmicas da dominação social e suas reproduções.

O legado psicanalítico da primeira geração da Escola de Frankfurt está sendo continuada hoje, ainda que com mudanças radicais em respeito à sua forma original, por Axel Honneth: a concepção psicológica subjacente à sua teoria de reconhecimento pode ser entendida, como veremos no próximo parágrafo, como o ponto de culminação (com uma reserva) do processo de aprendizado delineado até agora.

III

Ao longo do desenvolvimento da perspectiva psicanalítica inspirada em Winnicott que sustenta sua teoria de

reconhecimento⁴, Honneth é confrontado pela necessidade teórica de explicar por que os seres humanos são orientados, na sua vida social, a estabelecer relacionamentos de reconhecimento mútuo, a reagir contra o que eles entendem como injustiça normativa e a promulgar formas de agressão e desrespeito contra um ao outro. Fazendo isso, ele precisa preservar o espaço moral intransigente necessário para determinar a luta pelo reconhecimento e o restabelecimento de relacionamentos reconhecíveis mútuos como processos normativos. Isto é, não como resultados deterministas dos traços ou reações inatas humanas, mas, em vez disso, como os cursos de ação realizada conscientemente pelos sujeitos e capaz de ser discutido e justificado através de motivos argumentativos.

O inquérito de Honneth sobre as origens psicológicas da necessidade humana pelo reconhecimento começa com seu livro *Luta por reconhecimento*, de 1992. Contrário aos seus antecessores, o modelo psicanalítico principal de Honneth não é o paradigma freudiano: por delinear a concepção psicológica subjacente à sua teoria do reconhecimento, ele recorre à teoria das relações-objeto de Winnicott, atribuindo um valor substancial, no desenvolvimento da primeira infância, para as relações intersubjetivas entre a criança e seus parceiros de interação (Honneth, 1995, p. 96).

Desde o livro *Luta por reconhecimento*, Honneth considera o relacionamento que a criança entretém com seu primeiro

4 Para uma introdução aos textos psicanalíticos de Honneth, cf. D. Petherbridge, 2011: 22-30.

cuidador como uma fundação psicológica toda futura atitude do indivíduo direcionada aos relacionamentos intersubjetivos. De acordo com Honneth, a disposição positiva relativa a estabelecer relacionamentos de reconhecimento mútuo constitui o resultado normal da ruptura da união simbiótica mãe-filho: isso origina sujeitos que, por um lado, seguindo os rastros de realização emocional inconscientemente deixados na sua memória pela fase de fusão, vão confiantemente se orientar a formar relações afetivas na idade adulta; e isto, por outro lado, terá sido suficientemente desiludido pela experiência da infância da separação para possui a capacidade de reconhecer o outro como uma pessoa autônoma (Honneth, 1995, p. 105).

O oposto acontece nos “transtornos do relacionamento amoroso que são denominados criticamente de “masoquismo” e “sadismo”” (Honneth, 1995, p. 106), os quais, como Honneth escreve no início das reflexões de Jessica Benjamin, são rastreados a um “desenvolvimento abortivo” (Honneth, 1995, p. 106) da separação da criança de sua mãe. Isso causa o sujeito a permanecer desequilibrado, na idade adulta, diante de um ou dois polos do relacionamento amoroso, tanto “o estado de independência egocêntrica” como “aquele de dependência simbiótica” (Honneth, 1995, p. 106).

Honneth, todavia, não esclarece como esse “desenvolvimento abortivo” deveria ser caracterizado, nem o que causa o indivíduo a permanecer desequilibrado em um polo em vez do outro. Da mesma forma, ele não explica se o masoquismo e o sadismo são os únicos resultados possíveis, e se eles podem ser resultado também de outros tipos de

experiências que ocorrem ao longo do desenvolvimento do sujeito. Em *Luta por reconhecimento*, portanto, a explicação de Honneth das origens psicológicas para o desejo humano pelo reconhecimento excede amplamente, tanto pela clareza conceitual como pela sofisticação teórica, sua consideração psicológica do fenômeno do desrespeito.

Em seu texto de 2002, *Grounding Recognition*, dez anos após a publicação de *Luta por reconhecimento*, ele volta ao tema da agressividade humana considerada por uma perspectiva psicológica. Até quando o processo que ocorre na primeira infância fora revelado com sucesso, escreve Honneth, em todo indivíduo adulto uma disposição permanece que pode ser entendida como o “substituto relacional” do desejo da morte “monológico” freudiano: uma tendência à agressividade e à não-conformidade com o dado ambiente social enraizado nos momentos quando a criança deixada temporariamente sozinha pela sua mãe, percebe com raiva e frustração, a impossibilidade de exercer qualquer controle onipotente na mãe ou no mundo ao seu redor. As experiências fusionais da primeira infância, portanto, dão crescimento a duas tendências diferentes: por um lado, a necessidade de ser reconhecido que Honneth já declarou desde *Luta por reconhecimento*; por outro lado, a tendência antissocial de violentamente “negar a independência daqueles com quem a pessoa interage e tem, “de forma onipotente”, a seu dispor” (Honneth, 2002, p. 504).

O desejo inconsciente de recuperar a condição perdida da segurança simbiótica traz ao indivíduo, em uma espécie de repetição do esquema hobbesiano, a exigência

de reconhecimento para ele mesmo, enquanto, ao mesmo tempo, nega isso para os outros e objetiva dominá-los. Esses atos de agressão são experimentados pelo sujeito ao qual eles são direcionados como uma ofensa à sua necessidade de ser reconhecido e à sua pretensão inconsciente de onipotência: por consequência, eles dão crescimento à luta pelo reconhecimento. A luta, por sua vez, abre a possibilidade de uma evolução normativa geral das relações fatuais de reconhecimento, e, assim, escreve Honneth, isso se torna possível manter “o clamor hegeliano que toda relação de reconhecimento deveria incluir uma dinâmica progressiva interna” (Honneth, 2002, p. 504).

Esta reelaboração hobbesiana da teoria de Winnicott que Honneth propõe com o objetivo de explicar psicologicamente o fenômeno do desrespeito pode ajudar a reagir às críticas que argumentam que ele oferece um panorama excessivamente moderado sobre a psique humana e nos processos de socialização (McNay, 2008: Alexander e Lara, 1996). Contudo, ao mesmo tempo, isso parece ser excessivamente reduutivo e naturalístico. O maior risco, percebido pelo próprio Honneth, consiste em nivelar as dinâmicas de injustiça e luta emancipatória em mecanismos psíquicos que excedem grandemente o controle racional do sujeito.

A ideia que a luta por reconhecimento é gerada pela reação “automática” do indivíduo contra a ofensa de ter sua pretensão de onipotência negada, faz possível considerar que o modo com que problemas normativos são percebidos é algo influenciado cultural, histórico e socialmente. Por consequência, como Honneth sustenta, a concepção delineada

em *Grounding recognition* “se situa em contraste [...] com a decididamente convicção básica mais robusta que a “luta” por reconhecimento é provocada por um tipo particular de experiência *moral*” (Honneth, 2002, p. 504). Isto é, na concepção da “luta por reconhecimento”, um papel fundamental é desempenhado pelas ideias normativas historicamente determinadas, estilos de socialização, argumentos e tentativas de legitimação ideológica, as quais não podem ser reduzidas a mecanismos psíquicos uniformes e invariáveis. Na *Luta por reconhecimento*, esta ideia é expressa claramente: “a injustiça do desrespeito não *tem* que, inevitavelmente, se revelar, mas apenas pode. Empiricamente, se o potencial cognitivo inerente a se sentir magoado ou envergonhado se torna uma convicção moral-política depende, mais que tudo, de como o afetado ambiente cultural-político do sujeito é construído” (Honneth, 1995, p. 138–139).

Também pelo ponto de vista das origens das tendências agressivas humanas, além disso, o modelo proposto em *Grounding Recognition* parece ser não normatizado e reducionista. Seria realmente possível explicar toda tendência agressiva com base no desejo inconsciente recuperar o estado simbiótico original? Além do mais, poderia a dinâmica da primeira infância da interação com a mãe ser a única explicação para a existência das tendências agressivas? Honneth parece seguir esta opinião, e ele desconsidera toda forma de impulso antissocial endógeno, enquanto também minimiza a ideia de experiências de vida subsequentes que poderiam fazer com que o indivíduo desenvolvesse orientações agressivas estáveis.

Considerando as objeções trazidas, seria argumentável mais plausivelmente que as interações da primeira infância entre mãe e filho teorizadas em *Grounding Recognition* dão crescimento, no máximo, a um *substrato* de agressividade. Como mantido de forma difusa na psicanálise e psicologia contemporâneas, este substrato, para se desdobrar concretamente em uma atitude antissocial estável, tem que ser nutrido pelos eventos biográfico e historicamente determinados de violência experimentada ocorrida na vida subsequente do sujeito, que, por vários motivos, não pode, mais tarde, ser reelaborado propriamente pela afetividade individual.

Em seus textos psicológicos mais recentes, Honneth segue precisamente este caminho. Em textos como *Anxiety and Politics*, *Appropriating Freedom* e *Democracy and Inner Freedom*, sua prévia, quase exclusiva referência a Winnicott deixa espaço para uma maior variedade de autores, dentre Freud, Mitscherlich, Stern, Balint. Em seus impulsos, ele aperfeiçoa teoricamente a perspectiva exposta em *Grounding Recognition*: a separação prematura da criança da união simbiótica com a mãe, devido a seu caráter doloroso e ambíguo, deixa em cada indivíduo não somente uma ânsia durável por relacionamentos de reconhecimento mútuo, mas também um resíduo de ansiedade, frustração irada e medo de separação. Este substrato permanece confinado no inconsciente, suscetível de ser reativado na fase adulta por eventos e experiências traumáticas particulares. Seguindo neste sentido, o qual ecoa a teorização de Horkheimer e Adorno das orientações agressivas geradas socialmente, Honneth se afasta do determinismo excessivo e da não

normatividade em psicologia que caracterizam *Grounding Recognition*.

Dessa forma, não somente fica possível explicar a variabilidade histórica e subjetiva das experiências sociais, mas o conteúdo moral fundamental da teoria também pode ser preservado, sem colidir com isso sob o postulado de uma agressividade inevitável e universalmente difusa como resultado da dinâmica da primeira infância.

Em *Anxiety and Politics* (2002), *Appropriating Freedom* (2006) e *Democracy and Inner Freedom* (2006), Honneth analisa as pré-condições individuais e coletivas de civilização democrática, assim como as patologias sociais que podem distorcê-la ou empobrecê-la: suas considerações psicológicas se tornam, portanto, o instrumento primário para um estudo prático-normativo sobre os pré-requisitos da democracia. Em *Anxiety and Politics*, ele foca na palestra homônima feita por Franz Neumann, na Universidade Livre de Berlim, em 1954. A perda do status social individual ou coletivo, dificuldades materiais e o conseqüente colapso de autoestima, as quais Neumann entendeu, numa perspectiva freudiana, como circunstâncias que acarretam um excedente de repressão libidinal – e, portanto, favorecendo a identificação compensatória do indivíduo com um líder carismático – são, de acordo com Honneth, eventos que podem reativar a ansiedade experimentada na primeira infância durante a separação da mãe.

Os sujeitos, conseqüentemente, facilmente sucumbem ao impulso irracional “para se identificarem com figuras de liderança que os ajudam encontrar (como parte da massa)

suporte compensatório para o ferido eu” (Honneth, 2009^a, p. 154). Enquanto faz o indivíduo se sentir protegido pela sua autoridade, os líderes carismáticos o incitam a soltar sua – tanto gerada socialmente quanto reativada psicologicamente – frustração em grupos minoritários percebidos como inimigos estranhos: “seja com os jesuítas, comunistas, capitalistas, ou, no caso alemão, os judeus, o coletivo é sempre pretensão a ser responsável pelas lesões e privações sob as quais os membros do movimento de massa sofreram previamente” (Honneth, 2009^a, p. 153).

Em seu texto de 2006, *Appropriating Freedom*, pela primeira vez, Honneth não se apoia principalmente em Winnicott, mas em Freud. Em particular, aqui ele destaca que os indivíduos não neuróticos também, algumas vezes, têm experiências de anseios insistentes e não desejados, cuja origem permanece escondida para eles e as quais são dificilmente compatíveis com o resto de suas escolhas e aspirações conscientes. Essas necessidades e desejos evitam que os sujeitos consigam um relacionamento tão transparente quanto possível com seu mundo psíquico, logo, prejudicando sua liberdade interna e os forçando a levantar mecanismos de defesa em ordem de não ser desviado de seus propósitos racionais.

Utilizando a *Inhibitions, Symptoms and Anxiety*, de Freud, Honneth explica esta condição individual se referindo a “um tipo de ansiedade intersubjetiva que o sujeito saudável deve ter encontrado na infância” (Honneth 2009b, p. 132): a ansiedade conectada com a separação da união simbiótica com a mãe. Através de um processo de “autoapropriação” ocasionando um reflexo no

próprio passado biográfico, contudo, todos os indivíduos podem readquirir um contato mais transparente com o seu interior e uma liberdade de vontade maior. Quanto melhor eles administram para aceitar emocionalmente que, na sua infância, eles tiveram que lutar para reprimir alguns de seus anseios pelo primeiro cuidador, mais serão capazes de adotar uma atitude de diálogo interno com o conteúdo perceptível de seus desejos e impulsos adultos.

Seguindo adiante a linha de pensamento inaugurada em *Anxiety and Politics*, em seu artigo mais recente nos temas psicológicos, intitulado *Democracy and Inner Freedom* (2006), Honneth chega mais perto das preocupações teóricas que caracterizam o trabalho da primeira geração da Escola de Frankfurt. Quais são as condições a serem satisfeitas para evitar regimes totalitários de tomarem posse novamente? Ele se refere, em particular, aos textos que o psicanalista alemão Alexander Mitscherlich se dedica ao tema da tolerância. Com “tolerância”, Mitscherlich não indica, primariamente, uma atitude que devemos assumir diante dos outros: “em vez disso, para ele, tamanha forma social e interpessoal de tolerância deve ser precedida por um processo no qual o sujeito aprende a se comportar ‘tolerantemente’ e generosamente diante dele ou dela” (Honneth, 2009c, p. 162). É natural dos seres humanos, na verdade, de acordo com Mitscherlich, certa quantidade de ansiedade; isto, em vez de ser originado intersubjetivamente na primeira infância (como Honneth uma vez reafirma), se deriva da abertura constitutiva humana diante do mundo ao redor.

Quando enfrentado por esta ameaça interna, seres

humanos frequentemente reagem ativando mecanismos de defesa como a projeção ou deslocamento, os quais, em tempos recentes, têm encontrado suas desastrosas consequências na aclamação da massa por líderes totalitários e em uma difusão sem precedentes do preconceito racial. Uma melhor capacidade de lidar com essa ansiedade constitutiva não somente permite os sujeitos a alcançarem um auto relacionamento mais positivo, que Honneth denomina “liberdade interna”, mas também representa uma forte pressuposição coletiva pela democracia. Isso pode ser alcançado, de acordo com Honneth – que aqui segue Mitscherlich –, através de um processo de autorreflexão individual baseada na adoção de uma atitude reconhecível e comunicativa diante dos impulsos e desejos do outro.

Este processo “trabalhoso” (Honneth, 2009c, p. 163) de autorreflexão, ambos emotivo e racional, pode levar os sujeitos a adquirir disposição tolerante, simpática e até brincalhona diante de seu interior, em contraste com a ansiedade defensiva orientada para o interior e a paranoia agressiva orientada para o exterior que caracterizam movimentos totalitários. “Até este ponto”, Honneth conclui, “o projeto de democratização está amarrado à pressuposição de uma condição de liberdade interna, e o melhor modelo para caracterizar esta condição tem sido, até agora, provido pela psicanálise” (Honneth, 2009c, p. 164).

IV

Como vimos nas seções anteriores, Honneth redefiniu sua perspectiva psicanalítica, ao longo dos anos, enquanto,

porém, sempre a preservando no seu núcleo os princípios fundamentais da teoria das relações-objeto. Desde a *Luta pelo reconhecimento*, ele sustenta que em todo sujeito, como resultado da separação do estado simbiótico inicial, permanece uma aspiração por recriar relacionamentos mútuos de reconhecimento. Dessa forma, ele é capaz de motivar tanto a estrutura empiricamente verificável das sociedades humanas em práticas sociais estáveis e instituições de reconhecimento, quanto à disposição dos sujeitos a lutar para restabelecer relacionamentos de reconhecimento, a qual, entretanto, depende, em primeira instância, do ambiente de socialização cultural-político afetado do indivíduo.

Diferentemente da perspectiva que Horkheimer e Adorno expõem na *Dialética do esclarecimento*, na teoria de Honneth a melhoria normativa das formas da nossa vida coletiva é um propósito que pode ser, e é alcançado progressivamente através da ação social normativa. Uma sociedade mais inclusiva e democrática é formada concreta e gradualmente através de lutas por reconhecimento que, no nível institucional, levam a ações direcionadas a implementar mais direitos progressivos e inclusivos.

A ruptura das formas de reconhecimento dadas, as quais introduzem sua possível reconstituição em um nível normativo mais alto (isto é, na forma de mais relacionamentos de reconhecimento inclusivos ou extensivos), é assegurada na teoria de Honneth pela permanência, em todo sujeito, de um resíduo de frustração e ansiedade originados do processo de separação da primeira infância. Este substrato pode ser reativado na fase adulta, por experiências sociais

particularmente dolorosas ou desestabilizadoras, levando a um ressurgimento do potencial agressivo que ele implica.

Através de sua teorização da agressividade humana, Honneth, em uma corrente similar à da primeira geração da Escola de Frankfurt, é capaz de analisar suas causas sociais (e mutáveis socialmente). O autor concebe isso, de fato, como uma possibilidade latente enraizada permanentemente na estrutura psicológica humana, que, para encontrar expressão em ações de verdade, precisa ser revivida pelas experiências traumáticas determinadas socialmente. O fato de que Honneth considera as possíveis origens do impulso humano para oprimir, dominar e desrespeitar outros seres humanos, dá a sua teoria acesso a uma vasta ordem de situações de sofrimento social que precisam ser compreendidas em suas raízes psicológicas e denominar devidamente as causas sociais no nível normativo.

Honneth, contudo, não aproveita totalmente as oportunidades diagnósticas reveladas pela inserção das reflexões psicanalíticas na sua teoria do reconhecimento. Nos últimos textos considerados nesta análise, como vimos, ele foca nas pré-condições psicológicas e individuais da sociedade democrática. Somente através de um processo de autorreflexão que os indivíduos podem alcançar sua própria liberdade interna, a qual, por sua vez, é a pressuposição para uma autêntica civilização democrática. Nestes textos psicológicos, entretanto, Honneth mal menciona as pré-condições substantivas desta autorreflexão. Em *Anxiety and Politics*, ele limita suas sugestões normativas à ideia de “garantir condições de socialização que comportam alto

grau de confiança e segurança nas relações intersubjetivas” (Honneth, 2009^a, p. 156); em *Appropriating Freedom e Democracy and Inner Freedom* nada é dito sobre as pressuposições necessárias que, na forma de condições sociais, culturais, materiais e trabalhistas, podem fornecer aos sujeitos, com as energias, o controle básico em necessidades econômicas prementes, o tempo para dedicar a eles mesmos e o conhecimentos essencial que permite que eles se comprometam na autorreflexão.

A “liberdade da vontade”, contudo, não simplesmente constitui o resultado da autorreflexão individual. Em vez disso, a capacidade de se deixar ser guiado pela razão – e não por impulsos agressivos irracionais, possivelmente incitados por um líder carismático – depende de vários outros fatores, que influenciam o potencial do indivíduo de autorreflexão: por exemplo, um nível suficiente de segurança existencial e material; o desenvolvimento de uma capacidade adequada para a expressão comunicativa de suas próprias necessidades e emoções; processos pedagógicos livres de repressão e violência; um contexto de relação e trabalho capaz de manter o amor-próprio e a autoestima de todo sujeito.

A omissão virtual dos pré-requisitos substantivos da autorreflexão individual pode se derivar da preocupação de Honneth pela formalidade da teoria, a qual poderia ser ameaçada de existir por “características paternas” (Honneth, 2009^a, p. 156) das medidas exigidas para implantá-las socialmente. Essas medidas, porém, se situam normativamente dentro do escopo dos princípios que presidem três esferas de reconhecimento incluídas

na teoria de Honneth (amor, igualdade e solidariedade), e correspondem às demandas avançada por um número de lutas passadas e presentes pelo reconhecimento concretamente tomando espaço em nossas sociedades. Além disso, sendo que o processo de autorreflexão que Honneth antevê é, possivelmente, um pré-requisito fundamental para a formação de cidadãos livres, democráticos e engajados, favorecendo o acesso de todos os indivíduos aos recursos que permitem que eles assumam uma atitude “tolerante” diante deles mesmos e outros, deve não ser considerado como uma postura paternalista.

Assegurar tais recursos deve ser visto, em vez disso, como uma condição necessária para proteger a existência coletiva social, começando por práticas pedagógicas e comunicativas na família e na escola, até o local de trabalho e a cooperação social no todo. A conexão das reflexões e intervenções psicanalíticas do tipo material, cultural e educacional foi o centro dos textos práticos-filosóficos da primeira geração da Escola de Frankfurt. Textos como *Zur Bekämpfung des Antisemitismus heute*, *Education after Auschwitz*, *How to Look at Television* e *Democratic Leadership and Mass Manipulation* são claras expressões da necessidade de não dispensar esforços para se opor à difusão de atitudes antidemocráticas, preconceituosas e opressivas, através de medidas com o objetivo de promover a cultura e a prática da solidariedade, reconhecimento intersubjetivo e igualdade social básica. Esses valores, na forma de princípios morais associados às três esferas de reconhecimento, constituem o núcleo normativo da teoria de Honneth sobre reconhecimento: um núcleo, todavia, que deve ser colocado em conexão mais

próxima com as reflexões que ele discute em seus textos psicanalíticos.

Referências

ADORNO T. W. *Education After Auschwitz*. In: *Critical Models. Interventions and Catchwords*. New York: Columbia University Press, 2006.

ALEXANDER, J. C; LARA M. P. *Honneth's New Critical Theory of Recognition*. *New Left Review* 220: 126-136. 1996.

BENJAMIN, J. *The End of Internalization. Adorno's Social Philosophy*. *Telos* 32: 42-64. 1977.

COOK D. *The Sundered Totality: Adorno's Freudo-Marxism*. *Journal for the Theory of Social Behaviour* 25 (2): 191-215. 1995.

FLYNN, B. C. *Reading Habermas Reading Freud*. *Human Studies* 8 (1): 57-86. 1985.

FREUD, S. *Inhibitions, Symptoms and Anxiety*. In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. Vol. XX. London: The Hogarth Press: 77-175. 1959.

FREUD, S. *Beyond the Pleasure Principle*. New York-London: W.W. Norton and Company. 1990.

HABERMAS, J. *On Systematically Distorted Communication*. *Inquiry* 13 (1-4): 205-218. 1970.

_____ *Knowledge and Human Interests*. Boston: Bacon Press. 1971.

_____ *The Theory of Communicative Action: Lifeworld and System*. Vol. 2. Boston: Beacon Press. 1987.

_____ *Between Facts and Norms*. Cambridge (MA): The MIT Press. 1996.

_____ *Europe: The Faltering Project*. Cambridge: Polity Press. 2009.

_____. The Crisis of the European Union. Cambridge: Polity Press. 2012.

HONNETH, A. The Critique of Power. Cambridge (MA): The MIT Press. 1991.

_____. The Struggle for Recognition. Cambridge: Polity Press. 1996.

_____. Grounding Recognition. *Inquiry* 45 (4): 499–520. 2002.

_____. The Social Dynamics of Disrespect. In: *Disrespect. The Normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge (MA): Polity Press. 2007.

_____. Anxiety and Politics. The Strengths and Weaknesses of Franz Neumann's Diagnosis of a Social Pathology. In: *Pathologies of Reason. On the Legacy of Critical Theory*. New York: Columbia University Press: 146–156. 2009a.

_____. Appropriating Freedom. Freud's Conception of Individual Self-Relation. In: *Pathologies of Reason. On the Legacy of Critical Theory*. New York: Columbia University Press: 126–145. 2009b.

_____. Democracy and Inner Freedom. Alexander Mitscherlich's Contribution to Critical Social Theory. In: *Pathologies of Reason. On the Legacy of Critical Theory*. New York: Columbia University Press: 157–164. 2009c.

HORKHEIMER, M. Egoism and the Freedom Movement: on the Anthropology of the Bourgeois Era. *Telos* 54: 1060. 1982.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W. *Dialectic of Enlightenment*. Stanford: Stanford University Press. 2002.

MARCUSE, H. *Eros and Civilization. A Philosophical Inquiry. Into: Freud*. Boston: Beacon Press. 1966.

McNAY L. The Trouble with Recognition: Subjectivity, Suffering, and Agency. *Sociological Theory* 26: 271–296. 2008.

NÄGELE, R. Freud, Habermas and the Dialectic of Enlightenment. *New German Critique* 22: 41–62. 1981.

NICHOLS, C. Science or Reflection: Habermas on Freud. *Philosophy of the Social Sciences* 2 (1): 261–270. 1972.

PETHERBRIDGE D. Introduction. In: PETHERBRIDGE, D. (ed) *Axel Honneth: Critical Essays*. Leiden-Boston: Brill: 22–30. 2011.

WHITEBOOK, J. Reason and Happiness: Some Psychoanalytic Themes in Critical Theory. In: BERNSTEIN R. J. (ed) *Habermas and Modernity*. Cambridge (MA): The MIT Press. 1985.

_____ *Perversion and Utopia*. Cambridge (MA): The MIT Press. 1996.

_____ *Mutual Recognition and The Work of The Negative*. In: REHG, W.; BOHMAN, J. (eds) *Pluralism and The Pragmatic Turn*. Cambridge (MA): The MIT Press: 257–291. 2001.

WIGGERSHAUS, R. *The Frankfurt School: Its History, Theories, and Political Significance*. Cambridge (MA): The MIT Press. 1995.

WINNICOTT, D. The Capacity to Be Alone. In: *The Maturation Processes and the Facilitating Environment*. London: Hogarth Press and the Institute of Psychoanalysis: 29–36. 1965.

_____ *Playing and Reality*. London: Routledge. 2005.